

PISANDO NA PRÓPRIA SOMBRA - TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES CAMPONESAS DE ASSENTADOS RURAIS NO SUDESTE DO PARÁ

Fabiano de Oliveira Bringel¹

RESUMO

Neste artigo, discutimos as trajetórias sociais e econômicas de camponeses do Assentamento Palmares II, em Parauapebas - Pa. Centramos nossa análise sobre dois aspectos: história da família e trabalho. Assim, pretendemos estabelecer diferenciações entre os contextos políticos, econômicos, sociais e culturais vivenciados na trajetória dos assentados e com isso tentamos desvendar as estratégias de expropriação baseadas na desqualificação social e econômica do sujeito camponês por atores com interesse no agronegócio. Mais do que isso, pretendemos mostrar que essa desqualificação, é portadora da negação do saber dos assentados, saber esse capaz de garantir a autonomia dos meios de produção e, portanto, ameaçador das possibilidades de acumulação e de consolidação de atividades econômicas do agronegócio. Por outro lado, há uma resistência à desqualificação/requalificação pelos assentados que encontra sustentáculo na matriz camponesa mantida ao longo de gerações, em signos como posse e trabalho na terra, mão-de-obra familiar, autonomia dos meios de produção e relação mais direta com a natureza.

Palavras-chave: trajetórias sociais, campesinato, Amazônia

¹ Geógrafo, Mestre em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável
fabianobringel@gmail.com

ABSTRACT

In this article, we discuss the social and economic trajectories of peasants currently living in the Rural Settlement Palmares II, in the municipality of Parauapebas, State of Pará. We focus our analysis on two aspects of these trajectories: family history and form of work. We investigate the economic, social, cultural and political contexts experienced by families before their arrival to the lands of Palmares II. We identify and analyze agro-business actors' strategies of disqualification and re-qualification of the peasants as subjects of their own development. These strategies deny peasants' traditional knowledge which has historically guaranteed the autonomy of the means of production and, therefore, threatens the consolidation of unsustainable economic activities and interests of the agro-business promoters in the Amazon. Settlers' resistance against processes of disqualification and re-qualification finds strength in the peasant signs and practices, carried out throughout generations, such as specific forms of land tenure, agricultural work, family labor, autonomy of means of production and a way of life more directly related with nature.

Keywords: social trajectories, peasants, Amazon

1. APRESENTANDO O DEBATE

É cada vez mais comum observarmos, nos meios acadêmicos, nos veículos de comunicação de massa e nas instituições do Estado, argumentos que apontam para desqualificação social e econômica dos camponeses em assentamentos de reforma agrária no Sudeste do Pará. Os argumentos têm como elemento principal a falta de qualificação para o mundo rural dos chamados clientes do processo de reforma agrária. O que geralmente se percebe na formação deste discurso é que com as ocupações de terra e a territorialização dos assentamentos se aproximando cada vez mais das cidades e do espaço urbano, a sua base social aparenta ser de origem urbana, com experiências em setores econômicos (terciário e secundário) tipicamente associados à cidade. Como essas pessoas se lançam na conquista da terra e na

construção do assentamento, modificando seu entorno, aparece o discurso de que elas não têm competência para o trabalho na agricultura. Esta avaliação feita apressadamente conduz a um viés duvidoso e possibilita a criação de mitos para justificar o *status quo* e a dominação.

Veículos de comunicação de massa, seguindo o raciocínio de que os assentados são desqualificados para o mundo rural, decretam a falência do modelo de reforma agrária e afirmam a necessidade de apoio ao agronegócio, moderno, inserido no mercado e, principalmente, institucionalizado, dentro do campo das relações reguladas pelos gestores do capital e do estado. A matéria publicada na Revista Veja do dia 06 de agosto de 2003 sintetiza e sentencia uma das questões que iremos debater neste trabalho: “[...] a reforma agrária não faz mais sentido econômico”. E continua: “[...] o Brasil é campeão mundial do agronegócio, recordista em produção e produtividade de culturas como a soja, cana de açúcar, laranja e café; já os assentamentos mesmo os mais produtivos não atingem renda maior do que um salário mínimo mensal”, para concluir, “enquanto o agronegócio distribui riqueza, o MST defende a produção da miséria” (SECCO, 2003, p.40).

Já no campo acadêmico, autores sustentam que estes assentados padecem de uma falta de “intimidade com a terra”, reivindicando uma espécie de competência para o “trato” com a mesma, dando suporte científico ao argumento de desqualificação dos assentados:

“O fracasso das atividades produtivas com o assentamento Palmares está diretamente relacionado à falta de preparo do homem assentado no trato com a terra. E essa fragilidade identificada desde o momento de recrutamento dos sujeitos para formar o acampamento. Atualmente, o recrutamento do MST não se restringe apenas à seleção de pessoas com raízes na agricultura. Ou seja, o Movimento vem recrutando na área de Carajás desempregados, ex-garimpeiros, ex-funcionários públicos e outras pessoas que estão fora do mercado de trabalho. (RODRIGUES, 2003, p. 194).”

Neste mesmo sentido incorrem as autoridades locais, ligadas ao Estado, responsáveis pela produção e aplicação de políticas públicas, o que torna a questão mais alarmante. Como podemos observar no discurso do

Prefeito de Parauapebas em 1994, no início da mobilização para a ocupação:

“[...] a cobiça do ouro, que explicaria a presença, no acampamento dos Sem Terra, de grande número de garimpeiros remanescentes de Serra Pelada, e a busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres, como o Mogno e a Castanha do Pará entre outras, estariam por trás da tenaz e obstinada luta que os Sem Terra, hoje, acampados no centro de Parauapebas vêm travando há mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização que atualmente os mantém a cerca de 200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD.(REPÓRTER 70. **O Liberal**. Belém, 29 de dez. 2004. Caderno Atualidades, p. 03).”

É o que se percebe, também, na reflexão do ex-presidente da EMBRAPA, Eliseu Roberto Alves:

“Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo, os outros abandonam a terra num período máximo de dez anos. O fenômeno do esvaziamento populacional no campo, aliás, é absolutamente natural e faz parte da História da maioria dos países desenvolvidos neste século. Nos Estados Unidos, resta apenas 1,5% da população trabalhando no campo. Na França, há 6%, mas isso custa bastante em termos de subsídios. No caso do Brasil, a massa que vai sendo derrotada pela tecnologia ganha o rótulo de excluída e acaba abastecendo iniciativas que parecem exigir que o planeta gire ao contrário. (Revista Veja On-line: Em Profundidade – Reforma Agrária. 20 de setembro de 2000).”

Assim, os argumentos vão no sentido de desqualificar a agricultura camponesa e familiar e projetar positivamente a agricultura empresarial. Esses argumentos se assentam, basicamente, em duas afirmações, a saber: a) as ocupações de terra e os assentamentos estão associados à desordem e à vontade de um movimento que não mobiliza os pacíficos agricultores do lugar, mas recruta gente de fora, entre desempregados das cidades e aproveitadores; b) a falta de vocação dos assentados para o trabalho agrícola, vocação essa prejudicada pela compreensão de uma urbanização acelerada no Brasil, e

com grande destaque para a chamada Amazônia Oriental, especificamente no entroncamento da tríplice divisa entre Pará, Tocantins e Maranhão. Essas afirmações somadas são utilizados para justificar uma suposta derrota econômica da reforma agrária no Brasil.

Assim, analisando um certo “estranhamento” dos atores já apontados (imprensa, pesquisadores e políticos), os assentados passam a ser objeto de formas e estratégias de expropriação a partir de sua desqualificação social e econômica para chegar em uma requalificação que nega o saber local para defender a consolidação de atividades econômicas insustentáveis na realidade amazônica (os chamados Grandes Projetos).

Essas análises demonstram a necessidade de estudos sobre as trajetórias objetivas e subjetivas desses camponeses. Por isso, nossa preocupação no decorrer da pesquisa desenvolvida ao longo de dois anos no interior do Programa de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS, da UFPA, em parceria com a EMBRAPA- Amazônia Oriental, foi levantar o itinerário dos agricultores levando em consideração as múltiplas dimensões das suas vidas e dentre elas escolhemos tendo como foco: a migração, a família, o trabalho e a educação. No entanto, devido ao espaço resumido nos ateremos apenas à mobilidade ocupacional e social dos assentados (aspectos trabalho e família).

Assim, procuraremos entender a grande diversidade social na formação do assentamento e os mecanismos pelos quais os assentados aprofundam sua territorialização. Com este objetivo não poderíamos nos ater, única e exclusivamente aos instrumentos de análise da demografia tradicional, que faz uso de categorias deficitárias para entender o processo dinâmico da vida de camponeses migrantes e da própria fronteira amazônica.

Foi necessário levar em conta a natureza temporal dos processos sociais e demográficos, bem como as interrelações que os distintos fenômenos demográficos guardam entre si e nas trajetórias dos indivíduos. Para isso, houve uma preocupação no levantamento da informação biográfica que permitisse a análise temporal dos processos de transformação da vida dos indivíduos. Esta referência teve origem em um grupo de pesquisadores mexicanos e franceses interessados na dinâmica demográfica da região fronteira México – Estados Unidos nos anos de 1990. Uma parceria acadêmica foi materializada no ano de 1993 a 1997, através de um Programa

de Cooperação Internacional CONACYT – CNRS, englobando um projeto intitulado “Cambios e Interrelaciones Demográficas em la México-Estados Unidos: Familias e Mercado de Trabajo”, tendo à frente as seguintes instituições: COLEF (El Colégio de la Frontera Norte) e UABC (Universidad Autónoma de Baía Califórnia), no México; e Universidade de Paris X e CREDAL (Centre de Recherche et Documentation Surl’ Amerique Latine), na França. Os pesquisadores dessas instituições elaboraram um questionário que pudesse levar em conta a natureza temporal dos processos sociais e demográficos, bem como as interrelações que os distintos fenômenos demográficos guardam entre si e nas trajetórias dos indivíduos (COURGEAU & LELIÈVRE, 1996)

Utilizando instrumentos da sócio-demografia, procuramos entender o assentamento rural como produto de uma encruzilhada social (CARVALHO, 1999) que possibilita uma confluência de inserções sociais (NEVES, 2001). Essas características decorrem de dois elementos importantes: a grande diversidade social em sua composição e os intensos conflitos em sua formação. Esses dois aspectos somados contribuem para formação de um novo campesinato no Sudeste do Pará. (HÉBETTE; MAGALHÃES; MANESCHY, 2002).

2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO P.A.

A construção do assentamento na região de Parauapebas é produto de uma política deliberada pelo MST, resultado de sua própria história no estado. É considerado o marco da criação do Movimento no Pará a sua primeira experiência de ocupação, na Fazenda Ingá, em Conceição do Araguaia, em 1990. Este assentamento não permaneceu sob gestão do MST, o que provocou uma reflexão política e um conseqüente deslocamento do movimento para a Região de Parauapebas. Um de nossos entrevistados avalia essa questão da seguinte forma:

“Neste sentido, embora saíssemos derrotados no aspecto da ocupação territorial, politicamente nós não fomos. Geograficamente nós não temos o território, mas politicamente nós temos uma organização capaz de influenciar em outro espaço. Então, nós saímos de Conceição do Araguaia e viemos fazer trabalho de base no município de Parauapebas. Que era o que? Que era a base do garimpo [...] (“Carlos”, militante do MST, julho de 2004).”

O Assentamento Palmares II, localizado a 20 quilômetros do núcleo urbano de Parauapebas, apresenta um universo de aproximadamente 517 famílias (oficialmente cadastradas no INCRA), com um estoque de terras, no momento da desapropriação, de 15.848 hectares. Dentre estes, 7.697 hectares são cobertos por pastagens, 450 ha por capoeiras e 4.500 ha por floresta primária. O chamado patrimônio perfaz 150 ha. As lavouras de ciclo médio somam 2.500 ha e as perenes 350 ha.

A construção do P.A. Palmares II começou em março de 1994. Ativistas sociais advindos do P.A. Rio Branco começam o trabalho de arregimentação das famílias em vários municípios da Região Sul e Sudeste do Pará. Como podemos constatar na seguinte mensagem:

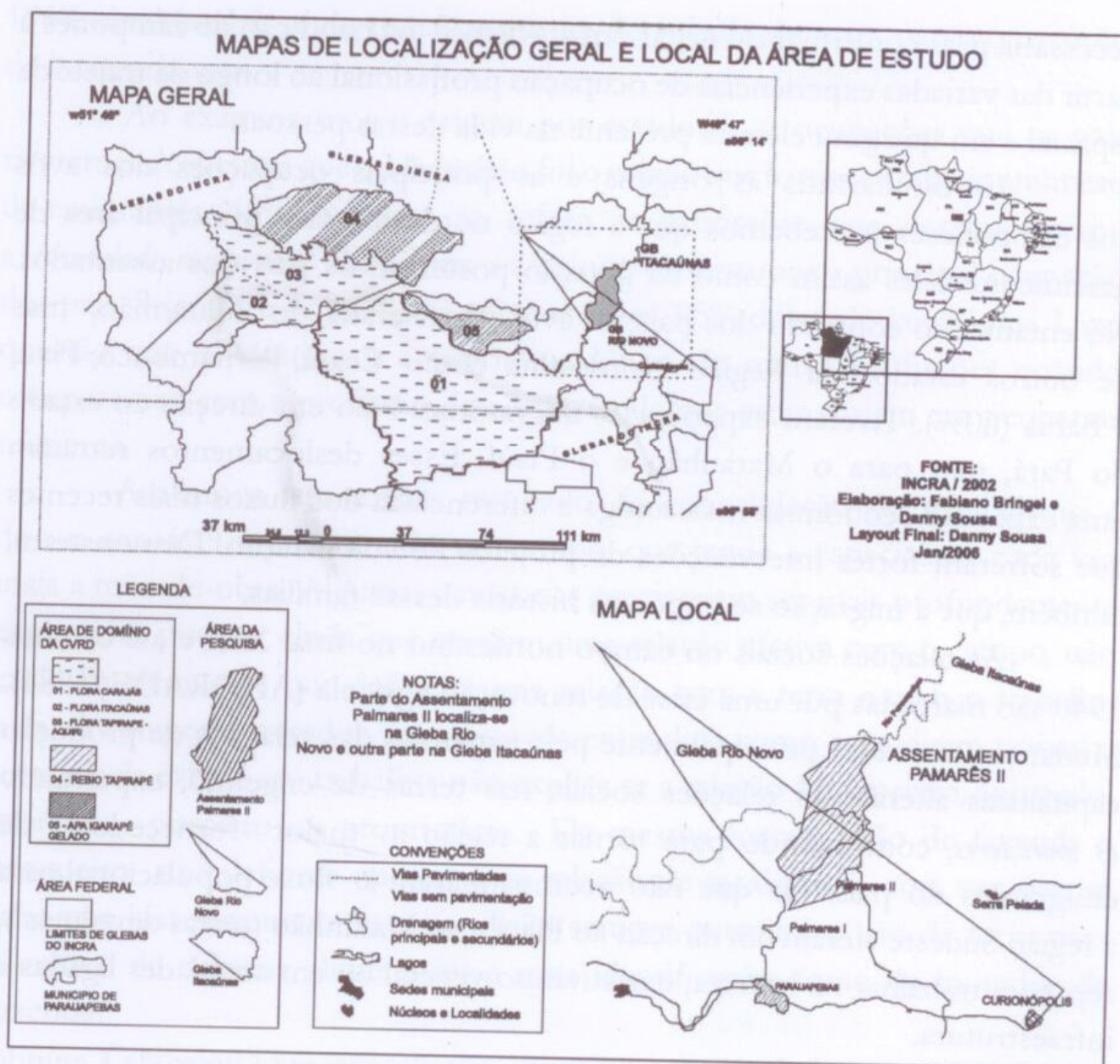
“[...] E a maior parte desses militantes eram assentados da Rio Branco que se tornaram militantes do Movimento Sem Terra. Então, basicamente, esses militantes que organizaram o trabalho de base nas cidades de...Parauapebas, nas periferias, na época bairro da Paz, Rio Verde, no município de Curionópolis, em especial toda a periferia, porque na verdade Curionópolis é uma grande periferia [...tosse e pede desculpas], em Serra Pelada e é bom que se fale quase não tinha mais garimpo ativo, mas tinha uma quantidade, como ainda tem aqui, enorme de trabalhadores, em Cutia, um garimpo próximo na área de Curionópolis, no garimpo de Rio Gelado, Eldorado do Carajás, e comunidades de assentados e posseiros dessa região[...] (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2004).”

Depois de dois anos de acampamento, no dia 05 de novembro de 1995, foi feito o ato de entrega da desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária. Um pouco mais de um mês depois, no dia 08 de dezembro, foi publicada a portaria de criação do Projeto de Assentamento Palmares.

O assentamento, na visão do MST, deveria cumprir uma função importante: “Palmares surgiu com a necessidade de ser um grande instrumento para alavancar a luta pela terra nessa região” (“Luiz”, militante do MST e assentado na Palmares II, julho de 2005). Isto significaria que Palmares deveria ser um exemplo de assentamento para todo o estado do Pará. Aproximadamente 850 famílias ainda continuavam o embate, só que desta vez

por melhorias infraestruturais e de crédito para a produção.

No primeiro Plano Safra (1997/1998) do assentamento eram 54 Núcleos de Base cadastrados. No Plano de 2003/2004 o assentamento contava com apenas 38 núcleos. Em nossa amostra priorizamos três indivíduos por núcleo, somando 114 questionários. No entanto, em 2005, no momento da aplicação dos questionários, esses núcleos caíram para 33, com o novo Plano Safra (2005/2006). Alguns núcleos se fundiram, outros estavam desarticulados, além do aparecimento de novas estruturas de representação político-econômica dos assentados que não seguiam a lógica de divisão por núcleos de base. Estes elementos modificaram a forma de aplicação do questionário. Priorizou-se a distribuição por ruas da Vila. Mantendo uma equidade entre os gêneros, aplicamos 110 questionários. Além disso, foram feitas seis entrevistas abertas com informantes-chave: lideranças do assentamento e do MST, educadores da escola Crescendo na Prática, assistentes técnicos e o motorista da Van que faz o trajeto de Palmares II até Parauapebas.



3. TRAJETÓRIAS SÓCIO-ECONÔMICAS DOS ASSENTADOS – O ECONÔMICO E O FAMILIAR EM DEBATE

3.1. As origens familiares dos assentados

Ao recolhermos as informações referentes à história das famílias e às relações de parentesco e de vizinhança em nossa amostra, tivemos alguns cuidados. Interessava fazer o levantamento de informações sobre origem e ocupação dos avós para termos a dimensão de pelo menos três gerações. Isto nos daria uma contribuição importante, pois teríamos a profundidade

necessária para confirmar ou negar um atavismo² na condição de camponês a partir das variadas experiências de ocupação profissional ao longo da trajetória espacial e em que grau ele está presente na vida destas pessoas.

Ao estudarmos as origens e as principais ocupações dos avós dos camponeses percebemos que a região nordeste era a principal área de nascimento deles assim como da geração posterior, os pais dos assentados. No entanto, ao contrário dos pais, os avós não vieram do Maranhão, mas de outros estados da Região Nordeste como Ceará, Pernambuco, Piauí e Bahia (60%). Tiveram experiências migratórias. Não em direção ao estado do Pará, mas para o Maranhão e o Piauí. Esses deslocamentos retratam uma expansão econômica mais antiga e diferenciada dos fluxos mais recentes que sofreram fortes intervenções de projetos de colonização. Demonstrem, também, que a migração se impõe na história dessas famílias.

As relações sociais no campo nordestino no final XIX e até os anos 1940 são marcadas por uma crise de renovação agrícola (ANDRADE, 1986). Mudanças marcadas principalmente pela expansão das relações de produção capitalistas alteram as relações sociais nas terras de engenho, expulsando *os moradores*, contribuindo para tornar a região a maior fornecedora de emigrantes do país. Os que não acompanharam o fluxo populacional para a região Sudeste vieram em direção ao Piauí e ao Maranhão (terras devolutas³), seja para trabalhar na lavoura, extrativismo vegetal ou em atividades ligadas à infraestrutura.

É o caso do senhor Valdivino. Seus avós paternos eram de Canindé (CE). Tinham 28 alqueires de terra. Seu avô morreu de picada de abelha africana e seu pai foi para o Maranhão trabalhar como motorista na empresa Mendes Jr. no ano de 1958. Atuavam junto ao Exército, no 5º BEC. Assim, conheceu sua esposa, mãe de Valdivino. Entre 1966 e 1968 passaram por vários garimpos no Amazonas, Acre e Mato Grosso. Chegaram ao Pará em

2 Atávico no sentido de se referir a uma cultura produzida por gerações ancestrais e condicionadoras de valores assumidos pelos membros contemporâneos dessa mesma cultura. A ligação com a terra e o desejo de nela retornar podem ser uma herança simbólica recebida por pessoas que não produzem na terra.

3 As terras devolutas eram organizadas em torno de um Centro, de um povoado. Quando a roça fica distante de um centro, a tendência é a criação de um novo Centro, ao redor do qual os lavradores abrem suas roças segundo critérios de precedência e antiguidade dos moradores e segundo concepções de direito muito elaboradas, isto é, quem tem direito de abrir roça onde, por exemplo. (MARTINS, 1997).

1968, em Marabá, onde trabalhavam na derrubada de mata para construção de lotes urbanos.

Ao examinarmos a origem por estados e as ocupações que os pais tiveram percebemos que o Maranhão foi o estado que forneceu o maior número de emigrantes (45%). No que se refere às profissões que desenvolveram, a *identidade camponesa*⁴ confirma-se quando observamos a principal ocupação dos pais. Seja entre os pais, seja entre as mães, 95% deles são lavradores. Uma questão que se destaca é a maior incidência de outras profissões quando comparamos com a profissão dos avós, ainda que estas surjam em pequenos números.

Avaliamos isto, como resultado da consolidação do capitalismo e de sua razoável modernização no campo, que tende a especializar cada vez mais a mão-de-obra. Algumas categorias precisariam ser mais profundamente exploradas porque, ainda que revelem uma relação efetiva com o campo, não excluem elementos que definem uma relação com a terra e com o trabalho nela. A categoria lavrador, para os avós entendida como a de quem possui a terra e nela exerce seu trabalho, não explica se a relação é de meeiro, agregado, morador, posseiro ou proprietário. Da mesma forma, peão de fazenda e ovaqueiro não definem apenas uma relação de assalariado, uma vez que se sabe que historicamente esta condição sempre permitiu o uso da terra para o cultivo de culturas alimentares e uma identificação como de morador de fazenda.

Com destaque quantitativo, aparece a variável dos que Não Sabem (18%) nem a origem nem as profissões dos avós e dos pais, o que confirma os frequentes lapsos de memória social dos entrevistados. Devido aos constantes deslocamentos e pela conseqüente fragmentação da família tradicional existiria um esquecimento do grupo familiar e, portanto, um lapso da memória social? Será este um indicador de perdas ocorridas no processo migratório?

“É banal não saber o destino dos muitos irmãos que se dispersaram, ainda nos locais de origem, para todos os cantos do Brasil. Filhos que foram ‘dados’ no processo de migração dos pais e que não tem lembrança de seus parentes; filhos que reencontram, por acaso, a mãe e o pai, velhinhos num asilo de indigentes; mães

4 Baseada na posse da terra, no trabalho agrícola, na mão-de-obra familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação com a natureza.

que deixaram os filhos nas terras onde moravam e nunca mais souberam deles. A impressão que o ouvinte vai elaborando, depois de ouvir tantas histórias semelhantes, é a de uma verdadeira diáspora, em que pais e filhos não conhecem os seus recíprocos destinos, irmãos e irmãs perdidos há dezenas de anos, dispersos em busca da sobrevivência (LESER DE MELLO, 1996, p. 60).”

No entanto, quando essas pessoas retomam seu contato com a terra, como avalia o MST, observa-se uma gradativa recomposição dos laços familiares, não os mesmos de antes, mas reformulados sobre outras bases, como podemos observar no seguinte fragmento da entrevista:

“O reencontro com a terra através do MST possibilitou que esse número enorme de trabalhadores que migraram para lá estabelecessem contatos com suas famílias, então ele reconstruiu os laços familiares, então foram buscar suas mulheres, suas esposas, seus filhos, vieram para o assentamento, construíram de novo a relação familiar, né? Então se tu veres em qualquer assentamento nosso, principalmente na Palmares que é mais antigo tu vê famílias organizadas e se tu fores fazer um parâmetro de comportamento social em relação à Serra Pelada, tu não acreditas que são ex-garimpeiros porque não são ex-garimpeiros; são ex-camponeses que se incorporam ao seu caminhar, que é o da busca pela terra prometida (“Luís”, assentado na Palmares II, entrevista concedida no dia 26 de julho de 2004).”

3.2 A migração, mobilidade do trabalho e suas consequências

João Alves nasceu em 1927 em Mata do Nascimento, na região de Pindaré, Oeste do Maranhão. Em 1936 sua mãe se desloca com os filhos para Venturino Freire. A motivação foi a busca de melhorias, principalmente a terra. De 1950 a 1967 trabalham como agregados em localidades como Bacabinha, Alto Alegre e Serra Bonita. No início da década de 1970 conseguem terra pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins) no município de São Domingos do Araguaia, no Pará. Em 1980, perdem a terra e vão para Xinguara trabalhar em terra alheia. Depois de dois anos nessa condição, a

mãe entra no garimpo trabalhando em frentes de mineração em Ourilândia, Parauapebas e Curionópolis. Em 1994, ele chega no Assentamento Palmares.

O itinerário de João Alves é um dos exemplos da intensa mobilidade espacial e ocupacional dos camponeses assentados no Palmares. Em uma análise mais desatenta, não levando em consideração a história de vida de Alves, sua profissão seria de garimpeiro antes de assentar. Isto levaria necessariamente a uma análise equivocada da base social que compõe o P.A. Objetivando contribuir com este debate levantamos a relação entre os lugares onde trabalhou a família e os seus respectivos setores da economia e podemos constatar que o setor primário é hegemônico em relação aos outros (60,3%). Vale lembrar que o extrativismo mineral foi avaliado separadamente em relação ao setor primário da economia. O motivo desta escolha foi identificar, pela diferenciação, a origem profissional, a quantidade, o período e a condição de trabalho em que esses trabalhadores se encontravam no interior das reservas garimpeiras.

Os motivos que levaram aos deslocamentos por setor econômico estão contidos no Quadro 1.

Quadro 01. Motivo da migração e setores econômicos

Motivo da Migração	Setores (%)								Total da Linha
	Primário		Secundário		Terciário		Ext.mineral		
	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	% lin.	% col.	
Trabalho	54,1	38	6,6	51	28,5	53	10,8	38,3	42,2
Terra	67,1	31,1	5,2	26,5	16,9	20,6	10,8	25,1	27,8
Garimpo	60,8	14	3,3	8,4	14,4	8,8	21,5	24,9	13,8
Família	66,7	9,0	3,9	5,8	21,6	7,7	7,8	5,3	8,1
Segurança	25	0,1	-	-	75	0,9	-	-	0,3
Doença-Saúde	40	0,7	3,3	0,6	43,3	2	13,3	1,2	1
Documentos	25	0,1	-	-	75	0,9	-	-	0,3
Melhoria	68,9	4,1	-	-	20,4	3,2	10,7	3,2	3,6
Problemas Pessoais	61,0	1,5	22	5,8	12,2	0,8	4,9	0,6	1,4
Estudo	30,4	0,4	13	1,9	56,5	2	-	-	0,8
Não Sabe	77,3	1	-	-	-	-	22,7	1,5	0,8
Total da Coluna	-	59,9	-	5,4	-	22,7	-	12	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O setor primário nas atividades agrícolas foi responsável pela maior quantidade de trabalhadores ocupados com 59,9%, seguido pelo setor terciário com 22,7%, pelo extrativismo mineral com 12% e em último, com 5,4%, o setor secundário. Ao nos atermos sobre os motivos vimos que o trabalho é o principal responsável pelos deslocamentos, com 42,2%. Este motivo está mais presente no setor terciário (53%), seguido pelo secundário (51%). No primário e no extrativismo mineral este motivo aparece equilibrado na casa dos 38%. O motivo trabalho para quem se emprega no secundário como no terciário compõe, geralmente, ocupações de curta duração, até cinco anos de atividade.

A aspiração da terra própria foi o segundo maior motivo (27,8%). Como não deveria ser diferente este motivo aparece mais no setor primário (31,1%). Surpreendentemente, o segundo maior setor em que a terra age como motivação é o secundário, com 26,5%. As pessoas se deslocaram para este setor com esta aspiração, geralmente exerceram algum tipo de atividade em serrarias, olarias ou agroindústrias. O extrativismo mineral foi o terceiro maior concentrador de força de trabalho para quem almejava a terra, com 25,1%, enquanto o terciário apresentou um valor de 20,6%.

A busca de ouro e outros minerais no garimpo foi o terceiro maior motivo dos deslocamentos (13,8%). Os trabalhadores que foram para o extrativismo mineral representam 24,9%. Os que se deslocaram para a mineração, mas foram lotados em atividades do Baixo Terciário são 8,8%, os que conseguiram empregos no setor secundário são 8,4% e os que trabalharam em ocupações ligadas ao primário são 14%. Nota-se que a segunda maior ocupação de quem vai para áreas de extrativismo mineral são atividades ligadas ao primário destacando-se aí a atividade agrícola. Isto evidencia que, quem se desloca para atividades de garimpo não faz exclusivamente a garimpagem, mas exerce outras atividades durante este período, inclusive a própria agricultura.

A família é outro forte motivador de processos migracionais. Em algum momento da trajetória, o migrante segue em busca de um parente que o antecedeu na migração, o que evidencia a importância da rede de parentesco. A migração por motivos familiares representa 8,1% e é o quarto maior motivo. Os que migraram por motivos familiares vão, na sua maioria, para o setor primário (9%), seguido pelo terciário com 7,7% e, depois, pelo secundário (5,8%). Por último, o extrativismo mineral com 5,3% induz a se pensar que quem vai trabalhar em garimpos geralmente

não leva sua família. Esta motivação esconde a inserção da pessoa na atividade econômica. A agricultura é absorvedora da mão-de-obra familiar sob dupla condição: a de dar abrigo oferecendo moradia e a de ofertar trabalho e qualificação profissional.

A busca de *melhorias* é outro elemento importante na formação dos fluxos migracionais, representando 3,6%. Quem está atrás de algum tipo de melhora vai trabalhar, em sua maioria, no setor primário (4,1%). O setor terciário e o extrativismo mineral atraíram a mesma quantidade de futuros assentados: 3,2%. Nenhum trabalhador foi para o secundário.

Os problemas de ordem pessoal como, por exemplo, conflitos entre vizinhos, desacordo com linhas de financiamento em assentamentos, questões ligadas à espiritualidade/religiosidade, aparecem na sexta posição, motivando 1,4% dos que migraram. A maioria das pessoas que se deslocaram por este motivo vai trabalhar no setor secundário (5,8%), seguido pelo primário com 1,5%.

Vistos os motivos que levaram à migração, é importante entendermos em que condições os camponeses se encontravam em cada região do país por onde passaram. Levantamos 12 condições, conforme o Quadro 02 sobre o tipo de atividade desenvolvida pelos assentados desde antes da entrada no assentamento considerando as regiões por onde passaram.

Quadro 02. Condição de trabalho desenvolvida pelos assentados por região

Regiões	Condições de Trabalho (%)											
	Dono	Posseiro	Agregado	Meciro	Assalariado Rural	Outro Rural	Ajuda Família	Autonomo	Sem remuneração	Empreita	Assalariado	Diarista
Centro Oeste	0,7	0,2	0,3	0,05	0,4	3	0,2	0,4	0,2	0,4		
Nordeste	7,4	0,6	4,9	1,6	4,1	7	0,2	4,1	0,7	1,4	2,7	0,1
Norte	12,8	1,2	7,4	1,9	8,5	13	0,2	8,5	1,3	3,6	5,2	0,2
Outros Países			0,1		0,1		0,05	0,1		0,2	0,2	
Sudeste	0,6	0,5	0,2	0,1	0,1		0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	
Sul	0,3		0,1		0,3	0,7		0,3	0,1	0,1	0,4	
Total	21,9	1,8	13,1	4,1	4	23,7	0,5	13,5	2,1	5,7	9,3	0,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Observamos que uma das primeiras condições de trabalho com que os jovens camponeses se deparam é a de ajudar a família na roça. Esta significou 13,5% do total das condições de trabalho. Número semelhante é a de agregado com 13,1%. Estes dois níveis não se excluem, pois o indivíduo pode se encontrar nas duas situações. Se somarmos as duas condições, teremos uma porcentagem de 26,6%, número alto que indica que as famílias podem recorrer simultaneamente às mais variadas estratégias na busca pela terra.

Os que estabeleceram alguma relação de meeiro ou de trabalho assalariado no campo estão na casa dos 4%. Somados percebemos mais de 8% que foram buscar formas de ter a posse e a propriedade da terra.

As condições de autônomo, caracterizada por quem trabalha por conta própria, (23,7%) e a condição de dono (21,9%) são as mais representativas. No caso de dono, contabilizamos as pessoas que tinham o título de propriedade da terra ou viviam nas chamadas *terras devolutas*, geralmente em mais de uma geração, o que foi bastante comum quando se tratou do estado do Maranhão. Diferencia-se a condição de dono da condição de posseiro pelo critério de que para ser dono não existia no momento nenhum agente privado reclamando a terra, mas é importante ressaltar que a condição de posseiro é a única situação que está explicitamente relacionada ao trabalho na terra, através da agricultura e/ou da pecuária. Por outro lado, a condição de dono e de posseiro é caracterizada pela autonomia na relação de trabalho, seja como proprietário ou não, e podemos afirmar que autonomia é uma condição importante para o assentado, bem ressaltada tanto na feira do produtor, no sábado, como feirante, quando ele irá comercializar parte da sua produção, como no trabalho agrícola durante a semana.

Os que obtiveram algum tipo de assalariamento na cidade chegam a 9,3%. Este é um número baixo se compararmos com avaliações frequentes de assalariamento e proletarização comumente bem acentuados na fronteira amazônica, principalmente no que se chamou de fase de consolidação e urbanização (DINIZ, 2002):

“Essas áreas são caracterizadas por baixas densidades demográficas, uma vez que grande parte dos indivíduos que chegaram durante as fases anteriores de evolução emigrou para as fronteiras urbanizadas ou outras áreas da fronteira agrícola. Aqueles indivíduos que permaneceram foram convertidos em trabalhadores assalariados

ou lutam para manter a posse de suas propriedades (DINIZ, 2002, p.04).”

Essas avaliações não levam em consideração ou não acreditam no potencial de organização de transformação da realidade dos camponeses. BECKER (1982) reforçando este ceticismo afirma o seguinte:

“As populações provenientes do Nordeste Ocidental e Oriental, constituídas basicamente de pequenos proprietários, posseiros e parceiros pobres não conseguem melhorar seu status na fronteira. Pelo contrário, são elas as que levam a pior; a perda da propriedade ou do acesso à terra é irreparável, ainda mais numa região em que cresce fortemente o valor da terra, correspondendo, portanto, a um empobrecimento relativo. Tampouco melhoram de status os assalariados da própria zona pioneira do centro de Goiás (hoje Tocantins). (BECKER, 1982, p.147).”

Fabrini (2002, p.74) afirma que o camponês se recusa à proletarização porque percorre uma luta de reconstrução do projeto de ser camponês, uma relação que envolve “autonomia e auto-suficiência se comparada com a proposta de modernização de relações, incorporação ao mercado, com estabelecimento de regras rígidas de trabalho (estabelecimento de horários), divisão de trabalho e controle da produção”. Neste sentido, esta recusa se dá tanto dentro como fora dos assentamentos, apontando o MST como movimento que quer também transformar o camponês em proletário, na medida que sua proposta de cooperativismo tende a esta lógica.

“Este projeto está sustentado num arcabouço teórico que reconhece a superioridade operária e as modernas relações de produção para constituir um território favorável ao processo revolucionário. Mas, os camponeses dos assentamentos têm resistido ao projeto de desenvolvimento do MST. Procuram colocar em prática um projeto que passa pela existência camponesa, materializada na formação de uma variedade de grupos de assentados como núcleos de produção, associações, grupos coletivos, relações de vizinhança, etc. (FABRINI, 2002, p.76).”

Talvez esta hipótese possa encontrar ressonância em um dos empreendimentos de produção coletiva implantada na Palmares II, de criação de frangos para corte, experiência fracassada, avaliada pela Coordenadora de Produção do MST/PA da seguinte maneira:

As famílias que pegaram o projeto de frango de corte nunca tinham produzido. Nunca tinham criado galinha em um sistema intensivo. E muitas delas tinham características urbanas. Os pais foram do campo, mas ele teve uma vida na cidade. Primeiro que na região não se produzia, nós atentamos para isso, o que tinha aqui (fala da Microrregião de Marabá). Comprava de Conceição, de Redenção, São Paulo. A lógica de trabalho que seria incorporada a esse sistema para poder manter o horário. Fazer todo o processo de criação das galinhas. Trocar água. Fazer tudo. Ter toda uma disciplina. Nós, ainda, ficamos sem ter a assistência técnica necessária. A tendência foi ir abandonando. Largaram tudo aquilo lá. Largaram para continuar com a galinha caipira. (“Joana”, coordenadora do Setor de Produção do MST/PA, entrevista realizada no dia 20 de julho de 2004).

Identificamos dois grandes problemas levantados junto à entrevistada para justificar o insucesso da agroindústria da avicultura: a) a inexperiência com um sistema intensivo de criação de galinhas e a falta de assistência técnica e b) a inexperiência em atividades rurais dos assentados. Observa-se que o próprio MST tem uma leitura equivocada de sua base social, e também aponta a não vocação para o trabalho agrícola e não entendimento do projeto de autonomia que o campesinato desenvolve ao longo de sua trajetória. Neste caso, a atividade de produção avícola intensiva tem muito mais chance de ser exercida por pessoas que tenham hábitos disciplinados e informações para dominar as técnicas modernas do que um camponês adaptado a outro sistema de criação.

Para entendermos o conjunto das ocupações e sua temporalidade em termos gerais, levando em consideração o conjunto de nossa amostra, formulamos a Figura 1 que apresenta a intensidade de ocupação desde a origem dos ascendentes dos assentados. Para efeitos de agrupamento e facilidade de leitura, classificaremos as profissões: a) Primário, com ocupações mais ligadas a terra: lavrador, peão de fazenda, pescador, quebrador de coco, carvoeiro; b) Secundário, abrange as indústrias de transformação: operário, operador de máquinas, circuleiro, oleiro, soldador, auxiliar de topografia,

No segundo (1945 a 1994) observamos que os camponeses se inserem com maior intensidade nas atividades ligadas ao baixo terciário. Esses dados seguem uma tendência nacional e regional. Este Setor era responsável, no país, por 26,4% da força de trabalho em 1950, aumentando para 39,1% em 1973. As perspectivas de expansão da força de trabalho terciária são confirmadas pela participação relativa do setor agrícola cuja tendência é marcadamente decrescente, logo a tendência de aumento do Baixo Terciário se confirma firmemente.

Já no terceiro período (1995-2004) já se tem iniciada a formação do assentamento e por isso observamos 100% dos trabalhadores como lavradores em detrimento das outras atividades. Contabilizando no conjunto de nossa amostra, com todas as trajetórias de trabalho, temos o seguinte perfil: o setor Primário na agricultura comportou 61,9% da mão de obra, o Secundário abrange 2,8%, o Baixo Terciário 23,5% e o Extrativismo Mineral representou, no geral, 11,8%.

Uma análise ponderada desses dados permite compreender a multiplicidade de competências que um agricultor pode ter desenvolvido em suas trajetórias mantendo, porém, a perspectiva de retorno à terra e à atividade agrícola, seja como prioridade, seja como possibilidade e alternativa de sobrevivência. Sua permanência ou não na terra vai depender desse elemento de identidade e de outros estruturais e conjunturais, como acesso e condições de cultivar a terra, crédito, mercado, infraestrutura econômica e social (escolas, hospitais, comunicação).

4. ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Uma das conclusões centrais de nosso trabalho reside na compreensão de que o exercício de uma profissão não exclui a probabilidade de outra anterior, nem a possibilidade de conversão e reconversão. Se assim é na cidade, porque não seria no campo? Até onde uma qualificação ou requalificação significa uma desqualificação? Uma argumentação com curto horizonte não comporta a complexidade da dinâmica dos assentamentos, reduz a realidade do assentado ao presente histórico de sua relação mais recente, enterrando um rico passado e negando seu futuro. Diferentemente do que ocorre com outras categorias sociais, em que a conversão e a reconversão são consideradas possíveis, ao trabalho no

campo é exigido um perfil nato, rígido, imóvel e determinista.

Fala-se em vocação para ser camponês, enquanto para todas as outras categorias fala-se em capacitação, formação, qualificação, escola e outros mecanismos de habilitação positivos. É como se para todas as outras profissões fosse possível um meio de habilitação formal, mas para o agricultor fosse preciso nascer e permanecer no camponês.

Neste sentido, os agentes que desqualificam os camponeses no Sudeste do Pará alimentam idéias como “urbanização acelerada”, “floresta urbanizada”, “modernização das atividades produtivas”, “consolidação do capitalismo na Amazônia”, superação da “condição de fronteira”, “agroindústria é moderna”, “proletarização generalizada do camponês”. Os conceitos que baseiam essas ideias parecem conter uma tática de desqualificação e desclassificação sócio-econômica dos camponeses no Sudeste do Pará. Os riscos disso é haver o solapamento das representações políticas não-institucionais e a transferência dos fóruns de negociação para um campo estritamente econômico e institucional.

Por outro lado, a desqualificação dos assentados redundaria em que os interessados no agronegócio poderiam operar um efetivo controle sobre os recursos, tanto na gestão da força de trabalho como do meio biofísico.

5. REFERÊNCIAS

A AGRICULTURA no Brasil. *Veja*, São Paulo, n. 1814. ago. 2003.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no nordeste*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BECKER, Berta. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MPF; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, 1999.

CORGEAU, Daniel; LELIEVRE, Eva. Changement de paradigme en démographie. **Population**, v.51, p.645-654. 1996.

DINIZ, Alexandre M. **Migração e evolução da fronteira agrícola**. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Diniz_texto.pdf.

FABRINI, João Edmilson. O Projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 18, n. 19, p. 75-94. jul/dez de 2002.

GRAZZIANO DA SILVA, José. **A Nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1996.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Edufpa, 2002.

LESER DE MELLO, Sylvia. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo de Brant (org.) - **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 51- 60.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e trajetórias: reflexões representações camponesas. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.**; prefácio de Ma Conceição D'Incao. Belém: Edufpa, 2002.

MAIS do que sem terra sem chance. In. **Veja On Line**, 2001. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/educacao/pesquise/mst/1667.html>. Acesso em: 12 jan. 2006.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

NEVES, Delma Pessanha. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE

SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4, 2001, Belém. **Anais...Belém**: Sociedade Brasileira De Sistemas de Produção, 2001 v. 1, p. 43-44.

REPÓRTER 70. O Liberal. Belém, 29 de dez. 2004. Caderno Atualidades, p. 03.

RODRIGUES. Maria Raimunda Chagas Vargas. **Depois da terra**: o MST, as lutas e contradições no Assentamento Palmares (PA). 2003. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SECCO, Alexandre. O MST atrapalha o lado bom do Brasil. **VEJA**, ago. 2003. Disponível em: < http://veja.abril.com.br/060803/p_048.html > Acesso em: 12 jan. 2006